

O jornalismo e o golpe de 1964

Alice Mitika Koshiyama *

Uma visão da história dos anos 60 no Brasil registra um clima propício para mudanças. E acreditava-se, diante do exemplo da revolução em Cuba, que seria possível, na América Latina, um processo de mudança social que prescindisse da tutela política dos Estados Unidos. Era tempo de sonhos e debates para os que buscavam participar das mudanças sociais, influenciando-as conscientemente. Militantes políticos, no Brasil, eram instados a responder: reforma ou revolução?

Na história real concreta, as classes dominantes foram mais rápidas e usaram a força das armas contrapondo-as aos sonhos e discursos de reformistas e revolucionários ou pretensos revolucionários.

A habilidade em envolver amplos setores da sociedade, neutralizando a oposição, possibilitou aos articuladores do golpe de 64 tomar o poder sem dividir as Forças Armadas. Foi diferente de 1961, quando tentaram impedir a posse do vice-presidente da República, João Goulart, no cargo de presidente, encontrando no comandante do III Exército um decisivo opositor ao golpe.¹

Os meios de comunicação de massas apoiaram a preparação do golpe de 64, na divulgação de informações e opiniões destinadas à formação de um clima favorável a uma solução de força. E o golpe de 64 teve o apoio da quase totalidade da grande imprensa do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre, as quatro principais capitais do estado, na época, como verificou o pesquisador Alfredo Stepan. A exceção foi o grupo *Última Hora*, de Samuel Wainer, gestalista histórico que acompanhou Jango até o fim.²

Embora organizado meticulosamente e camufladamente durante quase três anos,³ o golpe foi desfechado como ato de salvação do poder democrático ameaçado pelo caos, pela crise de autoridade.

A propaganda golpista soube combinar a exposição dos atos do governo Goulart e de personagens históricas identificadas com a es-

* Professora do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo — USP.

querda através dos grandes meios de comunicação com ataques frequentes travestidos de análises. A ação da UDN, através do seu presidente Bilac Pinto, que acusava João Goulart e Leonel Brizola de promoverem a guerra revolucionária, ocupando a atenção, o tempo e as energias dos seus colegas deputados federais, enquadrava-se, perfeitamente, no esquema que juntava fatos da realidade com interpretações tendenciosas.⁴

Os meios de comunicação de massas multiplicavam esses apelos sobre a necessidade de se impedir um golpe esquerdista iminente.

A partir do comício pelas reformas de base, em 13 de março de 1964, a idéia de depor João Goulart ganha o apoio de amplos setores da classe média. Em São Paulo, no dia 19 de março, celebra-se um contracômício em oposição às medidas de Jango. Quando marinheiros amotinam-se em 26 de março e Jango recusa-se a mandar punir os envolvidos, os oficiais das Forças Armadas, apavorados com a quebra da hierarquia, não hesitam em executar o golpe ou, pelo menos nada fazer para impedi-lo.⁵

Buscando neutralizar qualquer reação armada de Goulart — o que acabou não acontecendo — os conspiradores conseguiram o apoio prévio dos Estados Unidos, cujo embaixador, Lincoln Gordon, foi, antecipadamente, informado do golpe de Estado.⁶

Paulo Shilling, que acompanhou os acontecimentos como assessor político do deputado federal Leonel Brizola, aponta um extenso rol de dados insinuando que Jango foi até conivente com os golpistas.⁷ Mas é igualmente rigoroso ao avaliar o comportamento público de Leonel Brizola, cuja radicalização verbal não tinha nenhuma organização partidária no setor militar. Os brizolistas, segundo Shilling, ficaram “esperando que os generais nacionalistas fizessem a Revolução”, ou então uma circunstância histórica semelhante à de agosto de 1961. Havia apenas o movimento de massas constituído pelos “Grupos dos 11”, e Paulo assegura que em três meses foram constituídos entre 30/40 mil grupos no País, quando houve o golpe. Não existia o imprescindível partido revolucionário.⁸

Mas Fernando Gabelra, na época redator do *Panfleto*, jornal de Leonel Brizola, aderiu a um dos Grupos dos Onze e achou que tudo era um blefe:

Dizia-se às células que procurassem resistir ao golpe. Mas como? Com quê? Os grupos haviam sido organizados às pressas; não tinham nenhum treino nem equipamento; e, como as Ligas Camponesas, logo estavam pululando de informantes. Fernando estava convencido de que a embaixada norte-americana sabia como os Grupos dos Onze eram preparados e inócuos; e quando veio a saber que Gordon os mencionara como mais um pretexto para o golpe militar, assombrou-se diante do cinismo do embaixador.⁹

Confundir discursos com fatos concretos, acreditar-se ator único no cenário político sem nenhuma percepção do que adversários travavam: era a incompetência política. Um exemplo disso era a manifestação estampada pelo jornal *Brasil, Urgente*, órgão da esquerda

católica, em 19 de março de 1964. Atribuía ao comício de 13 de março o mérito de ter reformado o Brasil. Paulo César Botas, analisando a publicação, constata: "O jornal afirmava em suas análises que a reação — após o comício de Goulart — conspirava porque 'acha o futuro terrível'".¹⁰

Note-se "a razão — após o comício de Goulart — conspirava". E simples assinaturas de decretos eram tomadas como reformas efetivas, que já estariam implementadas. Que a extrema-direita alardeasse tais atos como perigosos aos seus interesses era compreensível. Mas o que se pode dizer das esquerdas quando falavam como se tivessem já o poder absoluto?

O sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, na época deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), escrevia, em livro publicado em julho de 1963:

No Brasil de hoje, são indiscerníveis, como círculos compactos e fechados, o poder e o antipoder. O poder está aberto a revolucionários. Como personalidades isoladas, há revolucionários no poder e contra-revolucionários no antipoder. Por isso, nem sempre, entre nós, pode ser existencialmente clara a distinção entre esquerda e direita.

Empolgada largamente por fetiches verbais, a liderança de nosso movimento emancipador tem perdido várias oportunidades para desempenho adulto. (...) É impossível impingir ao nosso processo a radicalidade dos manuais de outros países (...) Há no Brasil de hoje poucos homens de esquerda, porém, muitos esquerdeiros. Estes últimos vivem da gesticulação revolucionária e de ficções verbais.¹¹

Os exageros de retórica participavam do cotidiano político. Acusar adversários de conspiradores, sem nenhuma prova consistente, era um comportamento usual na época, lembra Márcio Moreira Alves. Ele observa que na literatura de esquerda, publicada no Brasil no início da década de sessenta, apenas um livro, o de Wanderley Guilherme, *Quem dará o golpe no Brasil* (Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Cadernos do Povo, 1963), previa corretamente a possibilidade de um golpe de direita. Todos acharam exageradas suas previsões.¹²

Diante do clima existente, é compreensível que a esquerda não tenha se constituído para enfrentar um possível golpe de Estado de direita. Ela passava por uma dificuldade fundamental que era o de definir a sua identidade. E a preservação das instituições democráticas torna-se um valor questionável quando as próprias autoridades parecem desrespeitá-las. Antonio Callado observava, em texto de 12 de abril de 1964:

Por mais que me repugne atirar a minha pedra particular na hora do geral apedrejamento do ex-Presidente, é inegável que o Brasil descia sem freios uma encosta que ia dar no caos. Fui, como milhões de brasileiros, a favor da posse de Jango em 1961, contra a conspiração dos ministros e do Governador Lacerda. Só

com a esperança de ver o Brasil saindo da larva obscurantista para seu vôo de liberdade democrática.¹³

Mas, no mesmo artigo, Antonio Callado mostra-se indignado com os acontecimentos de Pernambuco, onde Miguel Arraes foi derrubado: "O IV Exército do General Justino Alves Bastos conseguiu em dois dias forçar o *impeachment* do Governador e degredá-lo para Fernando de Noronha".

Provavelmente Callado e muitos outros cidadãos decentes que apoiaram o golpe de 64 acreditavam na "vocação democrática" das Forças Armadas. Não perceberam que os militares haviam mudado e não iam apenas depor um presidente e voltar para os quartéis, como fizeram em 1945. Alfred Stepan, pesquisador que demonstra ter mantido íntimos contatos com os militares da cúpula do governo militar pós-64, explica a metamorfose devido à assimilação de uma nova ideologia que acompanhou a formação dos oficiais militares depois da Segunda Guerra Mundial.

A Escola Superior de Guerra, fundada em 1949 e inspirada no modelo norte-americano, encarrega-se de propiciar aos novos oficiais formação técnica e política, responsabilizando-os, também, diretamente, pelos destinos do País. As bases da doutrina da segurança nacional, que é a ideologia dos militares em busca do poder político, foram publicados em livro, em 1956, sob o título de *Geopolítica do Brasil* e editado pela José Olympio.¹⁴ Parece que poucos prestaram atenção ao texto.

Pela doutrina da segurança nacional o poder militar totalitário fica respaldado ideologicamente. Isso porque ela admite a guerra permanente em um mundo controlado por duas potências: EUA e União Soviética. Os EUA representando a civilização ocidental cristã, o bem, a democracia e o capitalismo (evidentemente). A União Soviética, representando o comunismo ateu, o mal, o totalitarismo. As sociedades são formadas por *elites*, a minoria que sabe, os dirigentes do poder econômico, político, militar e psicossocial (constituído pelos meios de comunicações, as escolas, as igrejas), e a *massa*, a maioria que não sabe o que deseja e desconhece os perigos do mundo. O conflito entre as potências é permanente e mundial, guerra-se pelas armas e pelas idéias (guerra psicológica). As elites dirigem a nação mas como há uma guerra o comando fica com os militares. E como a guerra é mundial a nação está inteiramente envolvida, as pessoas ou estão do lado da União Soviética ou do lado dos Estados Unidos. A segurança nacional não é apenas em relação ao exterior; envolve também o interior do País.¹⁵

A noção de guerra permanente, perigo permanente externo e interno, termina transformando conflitos e tensões sociais comuns na sociedade em atos de guerra, tornando a convivência democrática impossível.¹⁶ Um governo reformista pode ser acusado de estar a serviço do inimigo, e um administrador apenas incompetente é acusado de ser um agente inimigo. O objetivo central da ideologia da segurança nacional — justificar o poder militar autoritário — fica

camuflado para a maioria dos cidadãos desejosos apenas de se livrarem de um mau dirigente.¹⁷

O jurista Heleno Fragoso dispõe de longa experiência em defender os perseguidos pelo regime pós-64. Explica que quando houve o movimento de 64 estava em vigor a antiga Lei de Segurança Nacional de 1953, pela qual era submetido à Justiça Militar apenas o delito contra a segurança externa do País. Esta lei baseava-se na divisão clássica dos crimes contra a segurança do Estado: os referentes à traição à Pátria (segurança externa); e os ligados com a segurança do Governo e dos órgãos do Governo. Fragoso assinala a modificação essencial trazida pela substituição da divisão clássica, de fundo liberal, pela doutrina da segurança nacional:

Essa nova visão que se elaborou, substancialmente, em face do problema da subversão, é muito perigosa. É muito perigosa, porque os governantes sempre foram tentados a denunciar como traição à pátria o que é simplesmente oposição ao Governo, afirmando-se que são traidores aqueles que se opõem ao Governo.¹⁸

Transformar adversários em inimigos é um ato de guerra, e visa, na prática, eliminar qualquer processo de oposição mais conseqüente.

No entanto, a repressão desencadeada contra os adversários reais ou supostos do regime militar não teve a cobertura da maior parte da imprensa liberal como assunto prioritário e diário. Márcio Moreira Alves, jornalista e um dos repórteres que mais escreveram sobre torturas a presos políticos, observou: "Quando o protesto implica se pagar com a liberdade a coragem da crítica, o batalhão dos silenciosos e bajuladores cresce espantosamente. Só uns poucos agüentam firme".

Os esforços em denunciar atos arbitrários do regime não dependiam, evidentemente, apenas da boa vontade dos repórteres. O *Correio da Manhã* foi o órgão da imprensa liberal que deu espaço para seus jornalistas denunciarem o que estava acontecendo, a ponto de, em agosto de 1964, tais matérias parecerem rotineiras. Um dos diretores da publicação chegou a sugerir que as histórias de horror estavam cansando os leitores. E o jornal já sofria os efeitos do boicote econômico. Os jornalistas protestaram alegando que os torturadores esperavam justamente cansar a opinião pública e ter liberdade para continuar torturando sem controles. O jornal prosseguiu no seu trabalho, cobrindo todo o País; e em Recife, onde aconteciam os piores fatos, repórteres de outros jornais não tão interessados em publicar notícias sobre torturas passaram a colaborar com o *Correio da Manhã*.²⁰

O *Correio da Manhã* pagaria caro pela sua coerência, perdendo o apoio dos seus anunciantes, o que afetou diretamente a sustentação comercial do órgão, dificultando a manutenção de quadros jornalísticos. Depois do Ato Institucional nº 5, fechou suas portas, sufocado pelas dificuldades econômicas.²¹

Dos órgãos da imprensa declaradamente partidária, a *Revista Civilização Brasileira*, publicada de 1965 até o final de 1968, trouxe logo no primeiro número relatos sobre a repressão no Brasil, repressão que atinge o próprio proprietário da empresa editora conceituada. O crime do editor Ênio Silveira: fazer livros que desagradavam os militares no poder.

Depois do Ato Institucional nº 5, a imprensa de oposição teve uma trajetória em que foi submetida à censura prévia, apreensões em bancas, atentados às suas dependências. E mesmo a grande imprensa liberal sofreu uma censura que chegou a proibir a divulgação de estatísticas sobre o surto de meningite em 1974 porque isso alarmaria a população. A publicação de uma notícia, que seria apenas de utilidade pública em circunstâncias normais, exigia coragem para desafiar as autoridades.²²

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. A liderança do governador Leonel Brizola galvanizou as forças militares e políticas em defesa da Constituição do País. A partir da "Cadeia da Legalidade" Brizola firmou-se como líder da resistência ao golpe de 1961. Os ministros militares aceitaram dar posse a Jango para evitar uma guerra civil. Mas a lição valeu: os mesmos golpistas de 1961 começaram a preparar a opinião pública para a próxima vez, 1964, conforme nos mostra René Armand Dreifuss, no livro *1964 — A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (Petrópolis, Vozes, 1981).

2. Samuel Wainer foi um jornalista vinculado organicamente ao getulismo. Do jornal *Última Hora*, publicação conceituada da imprensa para massas populares urbanas, fundado para dar respaldo político a Vargas no início do seu 2.º mandato presidencial, Wainer fez jornalismo e política partidária. Mantém-se fiel à herança getulista apoiando Jango até o fim.

3. René A. Dreifuss, no seu livro já citado, detalha como um restrito número de pessoas conseguiu — sem revelar seus objetivos finais — engajar um expressivo número de participantes em atividades que interessavam ao bom êxito da conspiração, abrangendo desde grupos de estudos de problemas brasileiros até atividades de propaganda jornalística.

4. Uma coletânea de discursos do deputado federal Bilac Pinto, presidente da UDN — União Democrática Nacional —, mostra-nos como a campanha consistia na repetição contínua das mesmas alegações. Bilac Pinto, *Guerra revolucionária*, Rio, Forense, 1964.

5. O calendário que marca o período da definição do golpe ao seu desfecho — 13 a 31 de março — refere-se à definição de uma opinião pública, expressa nas principais organizações jornalísticas, favorável ao movimento. Ver: Alfred Stepan, *Os militares na política*, e Hélio Silva, *1964: golpe ou contragolpe?*, Rio, Civilização.

6. Marcos Sá Corrêa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L. & PM, pp. 21-24.

7. Ver: "A consciência de classe do Sr. João Goulart", in Paulo Schilling, *Como se coloca a direita no poder — 2 — os acontecimentos*, trad. Cláudia Schilling, São Paulo, Global, 1981, pp. 65-91.

8. Paulo Schilling, *Como se coloca a direita no poder — 1 — os protagonistas*, trad. C. Schilling Sancho, São Paulo, Global, 1979, pp. 239-244.

9. Fernando Gabeira, in A. J. Langguth. *A face oculta do terror*, trad. Roberto Raposo, Rio, Civilização, p. 91.
10. Paulo César Botas, *Brasil, urgente: memória e engajamento católico no Brasil/1963-1964*, Petrópolis, Vozes, 1983.
11. Alberto Guerreiro Ramos, *Mito e verdade da revolução brasileira*, Rio, Zahar, 1963, pp. 183-184.
12. Márcio Moreira Alves, *O despertar da revolução brasileira*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 54.
13. Antonio Callado, *Correio da Manhã*, 12/4/64, In Thereza Cesário Alvim (org.), *A imprensa disse: Não*, Rio, Civilização, 1979, p. 29.
14. Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, 2.^a ed., Rio, José Olympio, 1967.
15. Golbery de C. e Silva, *Geopolítica do Brasil*. Note-se que a noção de massa, nesse quadro explicativo, é uma categoria imutável, não transformável, para sempre incapaz de decidir ou dirigir.
16. As restrições à circulação de informações tornara norma o que devia ser exceção. E a volta aos hábitos democráticos começava com a revelação de como funcionava o Estado de segurança nacional. Ver: Walder de Góes, *O Brasil do General Geisel — estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático*, Rio, Nova Fronteira, 1978.
17. Márcio Moreira Alves, por exemplo, foi um dos que não perceberam a real natureza do golpe de 64, o de ser um golpe contra o Estado criado pela Constituinte de 1946. Diz ele: "(...) do Jango, só percebi os defeitos e achei que uma intervenção clássica como a de 1945, não faria mal ao Brasil, ao contrário, poderia pôr um pouco de ordem nas coisas". Entrevista a Thereza Cesário Alvim, *Status*, n.º 62, set. 1969, in *Especial Entrevista Status*, no 75/A, p. 121.
18. Heleno Fragoso, "Denúncias sobre tortura", in Carlos Rangel, *É hora de enterrar os ossos*, Rio, Tipo Ed., 1979, pp. 89-90.
19. Márcio Moreira Alves. *O despertar da revolução brasileira*, pp. 125-126.
20. Márcio Moreira Alves, *O despertar da revolução brasileira*, pp. 128-129.
21. Moniz Bandeira, *Cartéis e desnacionalização (a experiência brasileira 1964-1974)*, 2.^a ed., Rio, Civilização, 1975, p. 205.
22. Ver: Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*, 2.^a ed., revista, São Paulo, Global, 1980.